

Consórcio imobiliário deve crescer 25% em 2026 e se consolida como tendência

Entre janeiro e novembro de 2025, foram vendidas mais de 1,26 milhão de cotas de consórcio imobiliário no Brasil, um crescimento de 36% em relação ao mesmo período de 2024, segundo dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (ABAC)

Márcio Massani (*)

Os números evidenciam não apenas o bom desempenho do setor, mas também uma mudança no comportamento do consumidor brasileiro em relação ao crédito, fator que tem impulsionado a atual tendência do mercado.

Para 2026, a ABAC estima que o consórcio imobiliário deve crescer mais de 25% ao longo do ano, superando a média de 21% observada nos últimos seis anos. Esse avanço é impulsionado e sustentado pela diversificação no perfil dos consumidores, que passaram a enxergar o consórcio como uma alternativa estratégica de aquisição de bens, e não apenas como uma solução pontual.

Diante desse consistente crescimento, o consórcio imobiliário deixou de ser associado a um público específico e passou a ocupar um espaço cada vez mais relevante no mercado brasileiro, consolidando-se como uma forma planejada, consciente e acessível de obtenção de crédito.

Expandindo e diversificando consumidores

O levantamento da ABAC referente a 2025 revela que,



Olivia Grigoriá's Images, CANVA

além do aumento de cotas, o número de participantes ativos em consórcios imobiliários também cresceu significativamente. Em novembro do ano passado, foram registrados 2,83 milhões consorciados ativos, aguardando o crédito para a aquisição do imóvel próprio, um aumento de 34,8% em relação ao mesmo mês de 2024.

Parte dessa expansão pode ser atribuída ao cenário de juros elevados, que torna a modalidade mais atrativa em comparação com outras categorias de crédito. No entanto, mesmo com a perspectiva de redução da taxa Selic em 2026, a previsão de crescimento do setor não está condicionada exclusivamente a esse fator.

Cada vez mais os jovens, empreendedores e investidores têm optado pelo con-

sórcio devido às vantagens específicas da modalidade, como previsibilidade no longo prazo, menores impactos de reajuste nas parcelas e a flexibilidade na utilização do crédito. Esse movimento reforça o amadurecimento do consórcio como uma alternativa sólida de planejamento financeiro, alinhada a um contexto econômico que exige decisões mais conscientes e sustentáveis.

Planejamento financeiro: o ponto de virada na tendência

O aumento da presença do consórcio imobiliário está diretamente relacionado à crescente valorização do planejamento financeiro por parte dos brasileiros. De acordo com a pesquisa “O planejamento financeiro do brasileiro: da consciência à prática”, realizada pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

A era das Microexperiências: por que pequenas ativações estão substituindo grandes campanhas

Consumidores passam a valorizar interações mais frequentes, íntimas e emocionalmente relevantes. O comportamento do consumidor vive uma transformação silenciosa, porém profunda: a valorização crescente de pequenas experiências, frequentes e emocionalmente significativas, em detrimento de grandes campanhas pontuais e espetaculares. Esse movimento, identificado por importantes estudos globais, tem redefinido as estratégias de comunicação e impulsionado a ascensão das chamadas microexperiências no live marketing.

Segundo o relatório WGSN – Future Consumer 2026, publicado em 2025, os consumidores estão cada vez mais interessados em experiências que proporcionem pequenas doses constantes de alegria, bem-estar e conexão emocional, em resposta direta ao esgotamento mental, à sobrecarga digital e ao excesso de estímulos da vida contemporânea.

O estudo aponta que 49% das pessoas afirmam estar mais propensas a comprar de marcas que proporcionem sensações de alegria no cotidiano, evidenciando a força dos pequenos momentos na construção de vínculo emocional com o consumidor.

Nesse cenário, marcas passam a investir menos em grandes ações isoladas e mais em estratégias contínuas de ativação, com

eventos menores, experiências locais, ações sensoriais e interações personalizadas.

“Analisando esses estudos, percebemos que o consumidor não busca mais ser impactado uma vez por ano, mas sim sentir a presença da marca de forma constante, humana e relevante. Pequenas ativações, quando bem pensadas, criam vínculos muito mais profundos do que grandes campanhas pontuais”, afirma Gustavo Costa, CEO da LGL Case, agência brasileira especializada em live marketing, brand experience e cross marketing.

A tendência também dialoga com o estudo Accenture Life Trends 2025, publicado em janeiro de 2025, que destaca o crescimento da busca por experiências mais autênticas, humanas e emocionalmente conectadas, em contraponto ao avanço acelerado da tecnologia e da inteligência artificial.

Para o mercado de live marketing, esse novo comportamento impulsiona formatos mais ágeis, modulares e recorrentes, como ativações itinerantes, eventos de menor porte, experiências urbanas e projetos de engajamento contínuo.

“O sucesso das marcas será medido menos pelo tamanho de seus eventos e mais pela qualidade, frequência e impacto emocional das interações que constroem com seus públicos.”, complementa Gustavo.

MEIs e o bloqueio do Will Bank: como proteger o saldo e manter o negócio ativo

Especialista explica passo a passo como MEIs devem agir após a liquidação extrajudicial do banco para evitar prejuízos e garantir a continuidade das operações. A liquidação extrajudicial do Will Bank pelo Banco Central colocou milhões de clientes, incluindo microempreendedores individuais (MEIs), em situação de bloqueio de contas, cartões e transações. A instituição atendia cerca de 12 milhões de clientes antes da intervenção, incluindo correntistas, usuários de cartão e tomadores de crédito. Com ativos legalmente bloqueados, a continuidade das atividades depende de ação rápida e organizada.

Vanderlei Garcia Jr., doutor em Direito Civil pela USP e sócio do VdG Jr Advogados Associados, detalha como os MEIs podem proteger seus recursos e manter o funcionamento da empresa. O primeiro passo recomendado pelo especialista é considerar os valores temporariamente indisponíveis, mesmo que o saldo continue aparecendo no aplicativo. Todos os ativos do banco ficam legalmente bloqueados, exigindo controle rigoroso e organização documental imediata.

“O MEI deve separar o problema bancário da operação do negócio”, afirma. “Abrir outra conta PJ em instituição diferente e redirecionar recebimentos, pagamentos e tributos evita inadimplências, perda de faturamento e problemas fiscais que não são decorrentes da conduta do empreendedor.”

Saldo bloqueado e proteção do FGC - Com a liquidação, os saldos da conta MEI ficam bloqueados automaticamente e passam a integrar a massa liquidanda do banco. Valores até R\$ 250 mil por CNPJ têm cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). “O FGC garante saldo em conta corrente, contas de pagamento vinculadas e aplicações elegíveis”, explica. “Montantes acima do limite dependem do processo de liquidação, exigindo habilitação formal como credor.”

O potencial desembolso do FGC para ressarcir clientes do Will Bank dentro do limite de cobertura é de cerca de R\$ 6,3 bilhões, em adição ao que já vinha sendo pago no caso do Banco Master.

Quando somados os valores relativos ao Master e ao Will Bank, o montante pode chegar próximo de

R\$ 47 bilhões, um dos maiores custos de liquidações recentes no Brasil. Além disso, no caso do Banco Master, o FGC já pagou R\$ 26 bilhões a cerca de 67% dos credores, mostrando a rapidez e escala com que o fundo atua em processos de liquidação

Documentação e comprovação de direitos - O especialista orienta que o MEI organize imediatamente um dossiê financeiro completo: extratos, contratos da conta PJ, comprovantes de aplicações, boletos pagos, comprovantes de PIX e comunicações oficiais. “Quem se antecipa reduz o risco de atrasos ou indeferimentos. Documentação detalhada fortalece a posição do MEI caso seja necessário comprovar prejuízos.”

Empréstimos, cartões PJ e parcelamentos - Contratos ativos com o banco liquidado continuam válidos. “Empréstimos e cartões PJ podem ser administrados pelo liquidante ou cedidos a outra instituição, mantendo as condições originais. O MEI deve continuar pagando as parcelas, salvo orientação expressa em sentido contrário”, alerta. “Interromper pagamentos por iniciativa própria gera riscos, como juros, multas e reconhecimento de inadimplência.”

Riscos e medidas preventivas - Embora a negatивação do CNPJ por falhas do banco não deva ocorrer, o risco existe. “Manterha comprovantes de pagamentos, registros de tentativas de quitação e notificações formais questionando como e para quem os pagamentos devem ser realizados”, recomenda o especialista. “Isso protege o MEI de cobranças indevidas e demonstra boa-fé em eventuais discussões administrativas ou judiciais”. Vanderlei Garcia Jr. lembra ainda que nem sempre é necessário acionar Procon ou advogado.

“Quando os valores estão dentro do limite do FGC e não há empréstimos ou cartões ativos, o procedimento administrativo é suficiente. Em casos complexos, como créditos acima do FGC ou risco de negatивação do CNPJ, a orientação jurídica especializada é recomendada.”

(Fonte: Vanderlei Garcia Jr, doutor em Direito Civil pela USP, sócio do VdG Jr Advogados Associados).

BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - CNPJ/MF 08.030.215/0001-67 - NIRE 35300145631	Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Setembro de 2025
Data, Hora e Local: 22.09.2025, às 10h, na sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP. Presenças: Único acionista da Companhia, Banco BMG S.A. Mesa: Presidente: Flávio Pentagna Guimarães Neto, Secretário: Carlos André Hermesindo da Silva. Deliberações Aprovadas: 1. O aumento do capital social no valor de R\$ 7.000.000,00, passando dos atuais R\$ 7.000.000,00 para R\$ 14.000.000,00, mediante a capitalização da reserva de lucros, sem emissão de novas ações. 1.1. A eficácia do aumento de capital acima deliberado está condicionada à homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis. 1.2. Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social. 2. A consolidação do Estatuto Social. 3. Autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas. Encerramento: Nada mais. Mesa: Flávio Pentagna Guimarães Neto - Presidente, Carlos André Hermesindo da Silva - Secretário. Acionista: Banco BMG S.A. Flávio Pentagna Guimarães Neto - Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores, Carlos André Hermesindo da Silva - Diretor sem Designação Específica. JUCESP nº 15.008/26-5 em 29.01.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	Anexo I - Estatuto Social - Capítulo I - Sede - Duração - Artigo 1º - A BMG S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários , constituída sob a forma de sociedade por ações, rege-se pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, podendo, a critério de sua diretoria, operar em todo território nacional e no exterior, criando ou extinguindo agências, filiais, escritórios ou representações, obedecida a legislação vigente no País. Artigo 3º - O prazo de duração desta sociedade é indeterminado. Capítulo II - Do Objeto Social - Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (iii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; (iv) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; (v) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de caudais, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; (vi) exercer funções de agente fiduciário; (vii) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; (viii) constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (ix) praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários; (x) realizar operações compromissadas; (xi) praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central; (xii) operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; (xiii) prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais; (xiv) emprestar títulos e valores mobiliários integrantes das respectivas carteiras aos seus comitentes, exclusivamente para oferta de garantia, desde que atendidas as condições estipuladas na Resolução nº 1.120, de 04.04.1986 e demais regulamentações aplicáveis; e (xv) exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. § Único - Em caso de destituição ou de indeferimento do pedido de autorização para funcionamento da Sociedade como distribuidora de títulos e valores mobiliários, a Sociedade deverá, no prazo de até 30 dias, ser dissolvida ou mudar seu objeto social para atividade não sujeita à autorização do Banco Central do Brasil, com a consequente alteração de sua denominação social. Capítulo III - Do Capital Social - Artigo 5º - O capital social é de R\$ 14.000.000,00, dividido em 279.000 ações, sendo 139.500 ações ordinárias e 139.500 ações preferenciais, estas sem direito a voto, todas nominativas, sem valor nominal. § Único - As ações preferenciais são assegurada prioridade na distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. Artigo 6º - As ações revestirão sempre a forma nominativa, sendo vedada sua conversão ao portador. § Único - As ações serão emitidas somente após devidamente integralizadas, sendo permitida a emissão de títulos múltiplos ou caudais de ações, e serão sempre assinadas por dois Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente. Capítulo IV - Da Administração - Artigo 7º - A sociedade será administrada por uma Diretoria Executiva composta de no mínimo 2 membros e no máximo 21 membros, sendo todos Diretores sem Designação Específica, com mandato de 3, podendo ser reeleitos pela Assembleia Geral, que fixará sua remuneração. Artigo 8º - Os membros da diretoria, eleitos em Assembleia Geral, tomarão posse obedecidas as formalidades legais. Artigo 9º - A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer Diretor, podendo deliberar com a presença de, no mínimo, 60% por cento dos seus membros. Artigo 10 - Em suas ausências temporárias os Dire-

Edital de Intimação – Prazo 20 dias. Proc. 0000069-47.2026.8.26.0543. A Drª. **Claudia Villobr Breda**, Juíza de Direito da 2ª VC do Foro de Santa Isabel/SP, Faz Saber a **SPONDA E CARVALHO TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ: 16.701.229/0001-55**, que nos autos de cumprimento de Sentença ajuizado por **Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A**, foi deferida a sua Intimação por edital para que efetue o pagamento do valor de **R\$ 12.314,54** que deverá ser devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, no prazo de 15 dias, **(art.513,§2º, IV, CPC)** a fluir após os 20 dias supra, sob pena de multa e Honorários de **10 % (art.523, §1º, CPC)**, podendo oferecer **impugnação, no prazo de 15 dias (art.525 CPC)**. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Santa Isabel, 11 de Fevereiro 2026.

Edital de Citação Prazo de 20 dias. PROCESSO Nº 1004073-10.2024.8.26.0114 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª VC, do Foro de Campinas/SP, Estado de SP, Dr(a). Vanessa Miranda Tavares de Lima, na forma da lei, etc. Faz Saber a **DANIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA**, (CPF: 419.742.448-57), que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de **ROTAS DAS BANDEIRAS S/A**. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 21/01/2026.





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/1DEF-631F-C281-B6B4> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1DEF-631F-C281-B6B4



Hash do Documento

CDBEB33D9E3DE9B3BBCDA6E7238C9D6ED9EA1CF963FD2E1C2D8032E84E73A6E4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/02/2026 é(são) :

- ☒ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 13/02/2026 18:51 UTC-03:00
- Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.14

AC: AC Certisign RFB G5

